



CONCURSO PÚBLICO MUNICÍPIO DE LONDRINA ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº. 067/2011 – DGP/SMGP

INSTRUÇÕES

- 01 - Material a ser utilizado: caneta esferográfica azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado com etiqueta.
- 02 - Não é permitido consulta, utilização de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, calculadoras e etc. Não é permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem a respectiva identificação e o devido recolhimento de telefone celular, bip e outros aparelhos eletrônicos.
- 03 - Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
- 04 - A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
- 05 - Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
- 06 - O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha. Leia-o atentamente.
- 07 - As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) opções (A a E) e uma única resposta correta.**
- 08 - Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, observando o nome do cargo na parte superior da próxima página, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido, estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
- 09 - Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
- 10 - O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, somente sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
- 11 - Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado o Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade escolar.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no site www.consulplan.net, às **16h00min do dia subsequente ao da realização das provas**.
- Os recursos deverão ser apresentados, conforme determinado no **item 8 do Edital de Concurso Público nº. 067/2011**, sendo observados os seguintes aspectos:
- a) O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a contar do dia subsequente ao da publicação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no site www.consulplan.net.
- b) A interposição de recursos poderá ser feita **via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, à **Consulplan**, conforme disposições contidas no site www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público; ou **por escrito** através do preenchimento do formulário constante do Anexo V deste Edital, com posterior envio por sedex à **Consulplan (Rua José Augusto de Abreu, nº. 1000, Bairro Augusto de Abreu, Muriaé/MG – CEP: 36.880-000)**.

Os cabeças-sujas e seu mundinho

A pessoa que joga lixo na rua, na calçada ou na praia se revela portadora de uma disfunção mental e social que a inabilita para o sucesso no atual estágio da civilização.

Que tipo de gente joga lixo na rua, pela janela do carro ou deixa a praia emporcalhada quando sai? Uma das respostas corretas é: um tipo que está se tornando mais raro. Sim. A atual geração de adultos foi criança em um tempo em que jogar papel de bala ou a caixa vazia de biscoitos pela janela do carro quase nunca provocava uma bronca paterna. Foi adolescente quando amassar o maço vazio de cigarros e chutá-lo para longe não despertava na audiência nenhuma reação especial, além de um “vai ser perna de pau assim na China”. Chegou à idade adulta dando como certo que aquelas pessoas de macacão com a sigla do Serviço de Limpeza Urbana estampada nas costas precisam trabalhar e, por isso, vamos contribuir sujando as ruas. Bem, isso mudou. O *zeitgeist*, o espírito do nosso tempo, pode não impedir, mas, pelo menos, não impele mais ninguém com algum grau de conexão com o atual estágio civilizatório da humanidade a se livrar de detritos em lugares públicos sem que isso tenha um peso, uma consequência. É feio. É um ato que contraria a ideia tão prevalente da sustentabilidade do planeta e da preciosidade que são os mananciais de água limpa, as porções de terra não contaminadas e as golfadas de ar puro.

E, no entanto, as pessoas ainda sujam, e muito as cidades impunemente.

Só no mês de janeiro, 3000 toneladas de lixo foram recolhidas das praias cariocas – guimbas de cigarro, palitos de picolé, cocô de cachorro e restos de alimento. Empilhadas, essas evidências de vida pouco inteligente lotariam cinco piscinas olímpicas. Resume o historiador Marco Antônio Villa: “Ao contrário de cidadãos dos países desenvolvidos, o brasileiro só vê como responsabilidade sua a própria casa e não nutre nenhum senso de dever sobre os espaços que compartilha com os outros – um claro sinal de atraso”.

O flagrante descaso com o bem público tem suas raízes fincadas na história, desde os tempos do Brasil colônia. No período escravocrata, a aristocracia saía a passear sempre com as mãos livres, escoltada por serviçais que não só carregavam seus pertences como limpavam a sujeira que ia atirando às calçadas. Não raro, o rei Dom João VI fazia suas necessidades no meio da rua, hábito também cultivado pelo filho, Pedro I, e ainda hoje presente. Foi com a instauração da República que o Estado assumiu, de forma sistemática, o protagonismo no recolhimento do lixo, mas isso não significou, nem de longe, nenhuma mudança de mentalidade por parte dos brasileiros. Cuidar da sujeira continuou a ser algo visto como aquilo que cabe a terceiros – jamais a si mesmo.

Existe uma relação direta entre o nível de educação de um povo e a maneira como ele lida com o seu lixo. Não por acaso, o brasileiro está em situação pior que o cidadão do Primeiro Mundo quando se mede a montanha de lixo nas ruas deixada por cada um deles.

Desde a Antiguidade, as grandes cidades do mundo, que já foram insalubres um dia, só conseguiram deixar essa condição à custa de um intenso processo de urbanização, aliado à mobilização dos cidadãos e a severas punições em forma de multa. “A concepção do bem público como algo valoroso nunca é espontânea, mas, sim, fruto de um forte empenho por parte do Estado e das famílias”, diz o filósofo Roberto Romano. *(Veja 09/03/2011, pág. 72 / com adaptações)*

01) Com relação às ideias expressas no texto, assinale a afirmativa correta:

- A) De acordo com o texto, as pessoas têm cuidado com o lixo produzido.
- B) As pessoas cuidam das praias, evitam deixá-las sujas.
- C) O brasileiro não se preocupa com o espaço público, o que é sinal de atraso.
- D) Nos tempos do Brasil colônia, as pessoas eram mais comprometidas com a limpeza pública.
- E) Faz parte da educação dos brasileiros o cuidado com a seleção do lixo.

02) De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- A) Infere-se do texto que desde Dom João VI, o Estado assumiu a responsabilidade com a limpeza pública.
- B) Considerar o bem público como algo de valor não é espontâneo, depende do empenho do estado e das famílias.
- C) O brasileiro está na mesma situação que os países desenvolvidos quanto ao lixo deixado nas ruas.
- D) Cuidar do lixo, para o brasileiro, é responsabilidade de cada indivíduo.
- E) Depreende-se do texto que só a atual geração de adultos foi educada para não sujar os espaços públicos.

03) No que diz respeito aos aspectos gramaticais, assinale a alternativa correta:

- A) Preserva-se a correção gramatical ao se substituir a forma verbal “joga” (linha 1) por “jogam”.
- B) O adjetivo “emporcalhada” (linha 1) pode ser substituído por “enchiqueirada”, sem prejuízo à correção gramatical e ao sentido.
- C) A palavra “bronca” (linha 3) tem sentido equivalente a “repreensão”.
- D) O advérbio “nunca” (linha 3) poderia ser deslocado para antes de “jogar” na frase “em que nunca jogar papel...” sem alterar o sentido original.
- E) A substituição de “audiência” (linha 4) por “auditório” manteria a coerência e o mesmo sentido.

CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

04) Sobre os aspectos linguísticos, assinale a alternativa correta:

- A) O travessão que delimita o trecho “*guimbas de cigarro, palitos de picolé, cocô de cachorro e restos de alimentos*” (3º§) poderia ser substituído por dois pontos, mantendo-se a correção gramatical.
- B) O pronome “lo” em “chutá-lo” (1º§) refere-se a “adolescente”.
- C) A palavra “que”, no início do texto: “*Que tipo de gente joga... quando sai?*” e o do trecho “... *é: um tipo que está se tornando...*” pertencem à mesma classe gramatical.
- D) O sujeito do verbo “sujam” (2º§) é “as cidades”.
- E) “Civilizatório” e “espírito” têm acento gráfico obedecendo à mesma regra de acentuação.

05) Sobre os aspectos referentes à concordância, assinale a alternativa correta:

- A) Em “*A atual geração de adultos foi criança...*” o verbo “foi” poderia ser corretamente flexionado no plural concordando com “adultos”.
- B) Em “*O flagrante descaso com o bem público tem suas raízes fincadas...*” estaria correto o uso do verbo no plural “têm”.
- C) “*Existe uma relação entre o nível de educação de um povo...*”, o verbo “existe” tem como referente “*uma relação entre o nível...*”.
- D) “*A concepção de bem público como algo valoroso nunca é espontânea...*”. O adjetivo “espontânea” poderia ser corretamente flexionado no masculino plural.
- E) “*... 3000 toneladas de lixo foram recolhidas das praias cariocas*”, pode-se corretamente usar no singular “foi recolhido” concordando com “lixo”.

06) Assinale a alternativa INCORRETA quanto ao uso do acento indicador da crase:

- A) As pessoas vivem à vontade nos espaços públicos sem ter cuidado com a limpeza.
- B) Cuidar da limpeza deve ser uma opção de todos, pois estaremos prestando um bem à vida do planeta.
- C) Os especialistas chamam a atenção para uma peculiaridade que ajuda à compreender o comportamento daqueles que não se preocupam com a vida do planeta.
- D) O brasileiro é avesso às políticas que visam ao bem coletivo?
- E) À beira de uma catástrofe ecológica, muitos continuam maltratando a natureza.

07) Assinale a alternativa INCORRETA quanto à pontuação:

- A) “... *nenhum senso de dever sobre os espaços que compartilha com os outros – um claro sinal de atraso*”. Substituindo o travessão por vírgula ficaria incorreta a pontuação.
- B) “*No período escravocrata, a aristocracia saía a passear sempre com as mãos livres...*” O uso da vírgula depois de “escravocrata” justifica-se por separar termo deslocado.
- C) “*Desde a Antiguidade, as grandes cidades do mundo, que já foram insalubres um dia, só conseguiram...*” Se a vírgula que vem após a palavra “mundo” for eliminada, a frase tem seu sentido alterado.
- D) A vírgula na última frase do texto antes da oração: “*diz o filósofo Roberto Romano*” pode ser substituída por travessão.
- E) Em “*É feio. É um ato que contraria a ideia tão prevalente da sustentabilidade...*” o ponto depois de “feio” pode ser substituído por vírgula com a mudança da letra maiúscula para minúscula, mantendo a correção gramatical.

08) Assinale a alternativa correta quanto à ortografia, à acentuação gráfica, ao vocabulário usado no texto:

- A) As palavras “além”, “civilizatório” são acentuadas, respectivamente, pelas mesmas razões que “próprios”, “ninguém”.
- B) “*O flagrante descaso com o bem público...*” A palavra grifada pode ser substituída por “desdém” mantendo o sentido.
- C) Estaria correta a frase se substituir “flagrante” por “fragrante” na frase que inicia o 4º§; “*O flagrante descaso com o bem público...*” ficando assim: “*O fragrante descaso...*”
- D) As aspas usadas no texto: “*vai ser perna de pau lá na China*” destacam citação de um historiador.
- E) Pode-se substituir, mantendo a correção gramática o verbo “haver” por “ter” na frase “*Há relatos de que os aristocratas não se preocupavam com a limpeza dos espaços públicos.*” “*Tem relatos de que os aristocratas...*”.

LEGISLAÇÃO DO SERVIDOR

09) Nos termos do Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina, o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos de efetivo exercício, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados, dentre outros, os seguintes requisitos, EXCETO:

- A) Eficiência.
- B) Grau de instrução.
- C) Responsabilidade.
- D) Idoneidade moral.
- E) Assiduidade.



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

10) De acordo com o Regime Jurídico do Servidor Público, assinale a afirmativa correta:

- A) Os cargos públicos acessíveis a todas as pessoas de nacionalidade brasileira que atendam às condições e preencham os requisitos legais, são criados por Lei, em número certo, com denominação própria e vencimento específico pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.
- B) O acesso é uma forma de provimento de cargo público.
- C) A realização de concursos públicos da Administração Direta constitui encargo exclusivo da Secretaria de Recursos Humanos, com envolvimento das repartições competentes e formação de comissão, com membros designados por ato administrativo.
- D) A investidura em cargo público ocorre com a posse e se completa com o exercício.
- E) Nos concursos para provimento de cargos de nível superior ou de qualquer profissão ou ofício que dependam de titulação específica, será facultada a realização da prova de títulos.

11) A Lei Municipal nº. 9864/2005 dispõe sobre as apurações disciplinares dos servidores municipais e dá outras providências. De acordo com os dispositivos dessa lei, assinale a afirmativa correta:

- A) A Corregedoria Geral é composta de Corregedor Geral, Conselho da Corregedoria Geral e dois Corregedores Adjuntos.
- B) O Corregedor Geral fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e proporá, em conclusão, ao Conselho da Corregedoria Geral o arquivamento dos autos ou a instauração de processo disciplinar.
- C) O Corregedor Geral manterá a ordem nas audiências, podendo mandar retirar do recinto as pessoas que a perturbarem.
- D) O requerimento de revisão não suspende o cumprimento da decisão revisada, salvo se o Corregedor Geral, ao instaurar o processo de revisão, der-lhe o efeito suspensivo.
- E) O prazo para conclusão de sindicância ou processo será de 90 dias, contado da notificação da decisão, prorrogável, mediante a devida fundamentação, a partir de então, a cada 30 dias, e não poderá, na sua totalidade, exceder a 180 dias.

12) Além das responsabilidades por prejuízos causados à Fazenda Municipal, na condição de servidor público, e em face do cargo ocupado, o Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Londrina destaca de forma especial, EXCETO:

- A) Retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- B) Sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda, ou por não prestar contas, ou não as tomar, na forma e no prazo estabelecidos nas leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço.
- C) Faltas, danos, avarias e quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização.
- D) Falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despachos, guias e outros documentos da receita, ou que tenham com eles relação.
- E) Qualquer erro de cálculo, redução ou omissão contra a Fazenda Pública.

13) São deveres precípuos dos componentes da Corregedoria Geral, previstos na Lei nº. 9864/05, EXCETO:

- A) Manter perfeita conduta pública e privada.
- B) Abster-se de atender a solicitações ou recomendações relativamente aos feitos que hajam sido ou possam ser submetidos à sua apreciação.
- C) Despachar e praticar todos os atos decorrentes de suas atribuições dentro dos prazos estabelecidos.
- D) Zelar pela rápida tramitação de todos os procedimentos administrativos que lhe competirem.
- E) Recorrer de ofício, quando for o caso.

14) No que se refere à sindicância preliminar prevista na Lei nº. 9864/05, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

- () O Corregedor Adjunto terá ampla liberdade na investigação até quanto à forma de praticar os atos relativos às diligências que promover.
- () Como medida cautelar e a fim de que o servidor eventualmente indiciado não venha influir na apuração da irregularidade, o Corregedor Adjunto poderá solicitar ao Corregedor Geral as providências necessárias para afastá-lo do exercício do cargo, emprego ou função pelo prazo até trinta dias, sem remuneração.
- () A sindicância, que se atará a apuração da ocorrência de irregularidades no serviço público e da sua autoria, deverá ser instaurada mesmo quando houver elementos de convicção suficientes para a imediata instauração do processo administrativo disciplinar.

A sequência está correta em:

- A) V, F, F
- B) V, V, F
- C) V, V, V
- D) F, F, F
- E) F, F, V



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

- 15) “O Estatuto do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Londrina disciplina quanto ao pagamento de adicionais.” São adicionais previstos na legislação, EXCETO:
- A) Por tempo de serviço. D) Por serviços extraordinários.
B) Produtividade. E) Noturno.
C) De periculosidade ou insalubridade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 16) O contribuinte de um determinado município efetuou o pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU referente competência de 2010, em 02/01/2011. Pela orientação da Lei nº. 4320/64, qual regime deverá ser utilizado para efetuar a escrituração dessa receita?
- A) Regime de Caixa, com lançamento em 2010. D) Regime de Caixa, com lançamento em 2011.
B) Regime de Competência. E) Regime de Competência, com lançamento de 2010.
C) Regime Misto.
- 17) A contabilidade de certo município utiliza quatro sistemas contábeis para registro dos atos e fatos administrativos. Assinale o sistema que vislumbrará a previsão e a execução orçamentária, a fixação e a execução da despesa orçamentária, os créditos adicionais e, ainda, as dotações disponíveis:
- A) Sistema orçamentário. D) Sistema compensação.
B) Sistema financeiro. E) Nota de empenho.
C) Sistema patrimonial.
- 18) “O ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Administração determinou a abertura de um processo licitatório para construir um centro administrativo e também equipá-lo com móveis, computadores, ar condicionado, cadeiras.” Essas despesas serão classificadas, respectivamente nas seguintes categorias econômicas:
- A) Ambas correntes. D) Capital e corrente.
B) Corrente e de capital. E) Competência e caixa.
C) Ambas de capital.
- 19) A Secretaria de Fazenda de um determinado município executa seu cronograma financeiro de maneira a deixar sempre um saldo positivo na conta única da tesouraria aplicado mensalmente. Os rendimentos auferidos dessa aplicação financeira serão alocados na seguinte conta de receita:
- A) Receita patrimonial. D) Receita agropecuária.
B) Transferências correntes. E) Alienação de bens.
C) Receita tributária.
- 20) Sobre os instrumentos de planejamentos públicos elencados pela Constituição de 1988, analise:
- I. Plano Plurianual é uma lei que abrangerá os respectivos Poderes da União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios; será elaborado no primeiro ano do mandato do Executivo e terá vigência de três anos.
- II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- III. Integram a LDO os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.
- IV. Os passivos contingentes apresentados e avaliados farão parte do Anexo de Riscos Fiscais.
- V. O planejamento e a execução do orçamento independem do Plano Plurianual e da LDO.
- Assinale a quantidade de afirmativas corretas:
- A) 1 B) 2 C) 3 D) 4 E) 5
- 21) De acordo com a elaboração do Orçamento Público, vários princípios orçamentários gerais deverão ser observados. Identifique qual princípio disporá que “o orçamento deve ser uno, indicando as receitas e os programas de trabalho a serem desenvolvidos pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, apesar da Constituição Federal estabelecer três esferas orçamentárias, no § 5º de seu artigo 165, que são o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social”:
- A) Princípio da Universalidade. D) Princípio da Programação.
B) Princípio da Anualidade. E) Princípio da Unidade.
C) Princípio do Equilíbrio.



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

- 22) O ciclo orçamentário público é composto por etapas: elaboração, aprovação, execução e avaliação. A etapa “aprovação” pela seguinte alternativa:
- A) Fase de competência do Poder Executivo, em que, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias, são fixados os objetivos para o período, levando-se em conta despesas correntes já existentes e aquelas a serem criadas, além de estudos para definição do montante de despesa de capital com base no Plano Plurianual.
 - B) Discussão e votação da proposta orçamentária pela Casa Legislativa, com possibilidades de emendas orçamentárias.
 - C) Fase que é realizado aquilo que fora previsto nos projetos e atividades da referida Lei Orçamentária.
 - D) Emissão de empenhos por parte das unidades orçamentárias.
 - E) Fase da discussão e fixação das prioridades dos programas com o Executivo, como condição para encaminhamento do projeto de Lei ao Legislativo.
- 23) “A orçamentação da despesa pública passará pelo processo de elaboração da Lei de Orçamento Anual, de estudo e aprovação, obedecido o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.” De acordo com a Portaria Interministerial 42/99, nas leis orçamentárias e nos balanços, as ações do governo serão identificadas em termos de:
- A) Somente em função e subfunção.
 - B) Créditos adicionais suplementares.
 - C) Função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais.
 - D) Despesas orçamentárias e extraorçamentárias.
 - E) Empenho, liquidação e pagamento.
- 24) De acordo com a Lei nº. 4320/64, os créditos adicionais são “autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.” Pelo art. 41 da mesma lei, pode-se conhecer a finalidade dos créditos adicionais. Qual tipo de crédito o executivo valerá para atender as despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública?
- A) Suplementares.
 - B) Especiais.
 - C) Extraordinários.
 - D) Extraorçamentários.
 - E) Suplementares e especiais.
- 25) Para Meirelles, licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. São consideradas modalidades de licitação, com embasamento no art. 22 da Lei Federal nº. 8666/93 e Lei nº. 10520/2002, EXCETO:
- A) Concorrência Pública.
 - B) Tomada de Preços e Carta Convite.
 - C) Concurso.
 - D) Leilão e Pregão.
 - E) Inexigibilidade.
- 26) A Lei nº. 4320/64 dispõe que “o exercício financeiro coincidirá com o ano civil e que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas”. E a Lei Complementar nº. 101/2000, em seu artigo 50, parágrafo 2º, diz textualmente que “a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa”. Assinale o regime contábil que deverá ser utilizado para escriturar uma despesa de capital na contabilidade pública:
- A) Regime de caixa.
 - B) Regime de competência.
 - C) Regime misto.
 - D) Custo histórico.
 - E) Custo de aquisição.
- 27) O Sistema Orçamentário de uma entidade pública, ao final do período, apresenta resultados comparativos entre a previsão e a execução da receita orçamentária, a fixação e a execução da despesa orçamentária, evidenciando, dessa forma, o resultado orçamentário ocorrido no exercício financeiro. Quando a receita orçamentária é menor que a despesa orçamentária, tem-se um resultado denominado:
- A) Superávit orçamentário.
 - B) Resultado nulo.
 - C) Déficit orçamentário.
 - D) Superávit financeiro.
 - E) Passivo a descoberto.
- 28) O Plano de Contas vislumbrado pela Portaria STN/SOF nº. 163/2001 elenca as contas de receitas e despesas orçamentárias para as entidades públicas. Pertencem ao grupo das receitas patrimoniais, EXCETO:
- A) Receitas Imobiliárias.
 - B) Receitas de Valores Mobiliários.
 - C) Receitas de Concessões e Permissões.
 - D) Outras Receitas Patrimoniais.
 - E) Impostos sobre o Patrimônio e a Renda.



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

- 29) “A receita pública distingue-se em receita orçamentária e receita extra-orçamentária.” De que forma a receita extra-orçamentária é representada no Balanço Patrimonial?
- A) Receita Orçamentária. D) Receita Corrente.
B) Ativo Financeiro. E) Receita de Capital.
C) Passivo Financeiro.
- 30) “O Município de Pinheiros realizou uma transferência de receita pública para uma determinada instituição, conforme convênio e plano de trabalhos compactuados entre as partes para cobrir despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.” Essa despesa deverá ser contabilizada no município no seguinte elemento de despesa:
- A) Subvenções sociais. D) Contribuições.
B) Auxílios. E) Despesa extraorçamentária.
C) Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física.
- 31) “A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 4º, introduziu dois anexos que compõem a Lei de Diretrizes Orçamentárias.” Assinale o anexo que deverá estabelecer as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, acrescido da avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior, demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, evolução do patrimônio e avaliação financeira e atuarial:
- A) Anexo de Metas Orçamentárias. D) Anexo de Reserva de Contingência.
B) Anexo de Metas Fiscais. E) Anexo de Diretrizes do Plano Plurianual.
C) Anexo de Riscos Fiscais.
- 32) Os créditos adicionais suplementares e especiais serão autorizados por Lei e abertos por decreto do executivo. A abertura dos créditos adicionais suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. São consideradas como fontes de recursos, EXCETO:
- A) Resultantes de recursos de receitas extra-orçamentárias do mesmo exercício.
B) Superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.
C) Provenientes de excesso de arrecadação.
D) Resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em Lei.
E) Produto de operações de créditos autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.
- 33) O orçamento público é uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as políticas públicas para o exercício a que se referir. E seu conteúdo básico será a estimativa da receita e a autorização (fixação) de despesa. “Os créditos adicionais são valores que adicionam ou crescem ao orçamento público, quer como reforço de dotações existentes, quer como dotações destinadas à cobertura de encargos provenientes da criação de novos serviços, ou ainda, para atender a despesas imprevistas e urgentes.” São classificados em:
- I. Extra-orçamentários. II. Especiais. III. Extraordinários. IV. Suplementares.
- Estão corretas apenas as alternativas:
- A) I, II, IV B) II, III, IV C) I, III, IV D) I, IV E) I, II, III, IV
- 34) Os princípios orçamentários são impositivos quando da elaboração e execução do orçamento público. Assinale o princípio orçamentário que afirma que “o orçamento não deve conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para abertura de créditos suplementares até determinado limite e para a realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária”:
- A) Princípio da Universalidade. D) Princípio da Clareza.
B) Princípio da Unidade. E) Princípio da Exclusividade.
C) Princípio do Equilíbrio.
- 35) Como são consideradas as despesas empenhadas no exercício financeiro de 2010 pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, porém não pagas até 31 de dezembro de 2010, sendo algumas classificadas como processadas (liquidadas) e outras não processadas?
- A) Dívida fundada. D) Empenho.
B) Dívida ativa. E) Dívida extraorçamentária.
C) Restos a pagar.



CONCURSO PÚBLICO – MUNICÍPIO DE LONDRINA/PR

- 36) Qual demonstração contábil tem como característica “*vislumbrar a receita e a despesa orçamentária realizadas, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie proveniente do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte*”?
- A) Balanço Patrimonial. D) Balanço Financeiro.
B) Demonstração dos Fluxos de Caixa. E) Balanço Orçamentário.
C) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- 37) A Dívida Flutuante, também chamada Administrativa ou não Consolidada, é aquela que o Tesouro contrai por um breve ou indeterminado período de tempo, quer para atender a eventuais insuficiências de caixa, quer como administrador dos bens e valores de terceiros. Sob o aspecto legal, a dívida flutuante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria. Como é classificada a dívida, cujos valores se referem à parcela da amortização do principal, atualização monetária e cambial, juros e outros encargos incidentes sobre a dívida fundada ou consolidada a ser paga no exercício financeiro seguinte ao da emissão do empenho respectivo, caracterizando uma transferência de parte dos valores da dívida consolidada, que está pronta para o pagamento, para a dívida flutuante?
- A) Restos a pagar. D) Débitos de tesouraria.
B) Serviços da dívida a pagar. E) Dívida fundada.
C) Depósitos.
- 38) “O Poder Público para executar obras, contratar serviços e adquirir produtos entre outros deverá observar e cumprir os preceitos da Lei n°. 8666/93, a qual definiu modalidades de licitação específica para cada caso.” Identifique a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, que afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestar seu interesse com antecedência de até 24h da apresentação das propostas:
- A) Concorrência. D) Leilão.
B) Tomada de Preços. E) Convite.
C) Concurso.
- 39) Com o advento da Lei n°. 11638/2007, houve alterações na classificação dos grupos e subgrupos das contas patrimoniais. O ativo não circulante passou a ser composto por:
- A) Disponibilidades, Clientes, Estoques e Despesas do Exercício Seguinte.
B) Disponibilidades, Clientes, Outros Créditos, Tributos a recuperar, Investimentos.
C) Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizados e Diferido.
D) Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.
E) Disponibilidades, Estoques, Realizável a Longo Prazo e Permanente.
- 40) O Balanço Patrimonial da Empresa Novos Talentos em 31/12/2010 era o seguinte:
- | | |
|---------------------------|------------|
| Caixa..... | R\$ 200,00 |
| Móveis e Utensílios..... | R\$ 300,00 |
| Veículos..... | R\$ 30,00 |
| Duplicatas a Receber..... | R\$ 70,00 |
| Duplicatas a Pagar..... | R\$ 170,00 |
| Salários a Pagar..... | R\$ 30,00 |
- Assinale a situação líquida dessa empresa nesse momento:
- A) Situação Líquida Superavitária. D) Situação Líquida Passiva.
B) Situação Líquida Ativa de R\$600,00. E) Situação Líquida Inexistente.
C) Situação Líquida Nula.

